



CNE CONSELHO
NACIONAL DE
EDUCAÇÃO

Plano Plurianual de Atividades 2018-2021

ÍNDICE

Introdução

- 1. O que o CNE se propõe para o quadriênio 2018-2021**
- 2. As Comissões Especializadas Permanentes**
- 3. Quadro de Atividades 2018-2021**
- 4. Atividades a desenvolver em 2018**

Introdução

No prosseguimento da sua missão consultiva, instituída no quadro da Lei de Bases do Sistema Educativo de 1986, e da sua atual Lei Orgânica (Decreto-lei nº 21/2015, de 3 de fevereiro), o Conselho Nacional de Educação (CNE) promove a participação das várias forças sociais, culturais e económicas na análise e apreciação da política educativa, tendo em vista a formação dos consensos ou compromissos necessários à melhoria da Educação. A sua composição alargada e modo de funcionamento democrático muito têm contribuído para instituir uma prática de debate e de reflexão entre os diversos parceiros educativos e, desse modo, afirmar o seu papel na construção de um espaço de concertação socioeducativa.

Como órgão independente, cabe-lhe acompanhar os desenvolvimentos operados nas diferentes áreas do sistema educativo, quer através da apreciação de medidas legislativas apresentadas pelo Governo ou pela Assembleia da República, quer suscitando o estudo e o debate sobre questões educativas com impactos a curto ou longo prazo.

A sua independência e autonomia, consagradas na Lei Orgânica, expressam-se, sobretudo, no estabelecimento de uma agenda própria, através da definição de áreas de intervenção consideradas fundamentais para a melhoria da educação e a elaboração de recomendações por sua iniciativa.

Este modo de atuação continuará a orientar a atividade do CNE no novo ciclo que agora se inicia com a eleição, em Outubro de 2017, da Presidente do CNE pela Assembleia da República.

Para além das alterações verificadas na composição do Conselho assinala-se também a reestruturação das Comissões Especializadas Permanentes, consagrada na alteração ao respetivo Regimento (aprovada em sessão plenária de 12 de dezembro de 2017), cujas temáticas centrais passaram a ser as seguintes: Necessidades e desafios educativos das crianças (1ª Comissão); Necessidades e desafios educativos dos jovens (2ª Comissão); Necessidades e desafios educativos dos adultos (3ª Comissão); Atores e recursos da educação (4ª Comissão); Gestão das ofertas de educação (5ª Comissão); Desafios do futuro (6ª Comissão).

A definição do plano de atividades a desenvolver pelo Conselho no próximo quadriénio tem em conta, entre outros, a situação educativa nacional, as prioridades definidas pelo Governo nas GOP, a vontade expressa de alcançar as metas acordadas no âmbito da União Europeia e da ONU e as transformações tecnológicas e científicas que se anteveem.

1. O que o CNE se propõe para o quadriénio 2018-2021

a) Acompanhar a realidade política nacional e contribuir para a sua melhoria:

- apreciando medidas legislativas propostas pela Assembleia da República ou pelo Governo, estudando e debatendo essas propostas com o maior número possível de parceiros relevantes e construindo compromissos e consensos através de “Pareceres”;
- identificando problemas e propondo soluções, designadamente quanto ao acesso, com sucesso, a uma educação de qualidade, diversificada, inclusiva, equitativa e permanente, através de “Recomendações”;
- situando-a relativamente a metas e compromissos nacionais e internacionais, assumidos em matéria de educação, designadamente através de publicações regulares como o “Estado da Educação”.

b) Estudar, prever, debater as consequências das mudanças tecnológicas, científicas, ambientais, económicas, demográficas e culturais em curso para a Educação e, de modo inverso, como a Educação poderá orientar essas mudanças no sentido duma sociedade mais justa, mais coesa e mais interessante, através de atividades em interação com entidades exteriores à educação, conduzindo à elaboração de um

pensamento prospetivo que permeie as atividades do CNE e contribua para uma escolha e uma construção mais informada e socialmente justa de possíveis cenários de futuro.

c) Promover um conhecimento mais informado sobre Educação na sociedade através do apoio e divulgação de estudos, obras e boas práticas pedagógicas e didáticas.

2. As Comissões Especializadas Permanentes

Uma parte significativa do trabalho do Conselho resulta das atividades desenvolvidas no âmbito das Comissões previstas na alteração ao Regimento aprovada na sessão plenária de 12 de dezembro de 2017 e que aqui se apresentam.

Nas três primeiras comissões especializadas permanentes do CNE procurar-se-á atender às necessidades e desafios educativos de crianças, jovens e adultos. Estas Comissões com foco nos destinatários da educação, mais do que no sistema educativo, isto é, nas crianças dos 0 aos 15 anos, nos jovens dos 15 aos 24 anos e nos maiores de 24 anos. Pretende-se uma visão abrangente que contemple não apenas as questões relacionadas com a vida escolar, mas que integre e estude as razões dos que estão afastados da escola e do sucesso.

As questões relativas à análise e avaliação das políticas públicas de educação, conteúdos, coerência entre perfil, currículo, metas e aprendizagens essenciais, avaliação, governo e gestão das instituições, financiamento, recursos da educação, ensino e formação a distância e políticas nacionais no contexto da UE e das dinâmicas internacionais serão distribuídas pelas 4ª e 5ª Comissões. Estando mais ligadas ao sistema, estas Comissões devem observar os atores e recursos da educação e analisar a gestão das ofertas de educação.

Por último, a sexta comissão mais virada para os desafios do futuro e para a reflexão em torno do modo como a educação nos pode preparar para as consequências do desenvolvimento tecnológico, que são enormes e imprevisíveis, e como pode ajudar a criar uma sociedade mais solidária e mais interventiva capaz de orientar e comandar todas estas mudanças.

1ª Comissão – Necessidades e desafios educativos das crianças (0-15 anos)

Partindo de um olhar focado nos destinatários, esta comissão estuda a adequação das respostas do sistema educativo às suas necessidades e aos desafios que hoje enfrentam.

Um eixo do trabalho a desenvolver foca-se numa caracterização do perfil das crianças e jovens dos 0-15 anos. A partir de dados de diversos estudos visa-se caracterizar amplamente quem são: hábitos de vida; interesses; diversidade étnica, cultural e linguística; literacia digital; visão sobre a aprendizagem; influência e interação com a família; expectativas futuras.

Pretende-se construir uma visão abrangente que contemple não apenas as questões relacionadas com a vida escolar e que integre e estude as razões dos que estão afastados da escola e do sucesso.

Um segundo eixo de trabalho a desenvolver liga-se com o acompanhamento dos projetos de Autonomia e Gestão Flexível do Currículo e PPIP, visando perceber as potencialidades e limitações das opções seguidas pelos vários agrupamentos para promover o sucesso de todas as crianças e jovens. Procura-se ir além da análise organizacional macro e perceber o que se faz na sala de aula e que resposta é dada ao nível da integração de todas as crianças e jovens.

Espera-se que o trabalho em torno deste eixo permita igualmente perceber como estão a ser trabalhadas as aprendizagens essenciais, como se articulam as mudanças de ciclo (incluindo a do pré-escolar para o 1.º ciclo) e como estão a ser trabalhadas temáticas e competências de educação para cidadania.

Com interseção com os anteriores, perspectiva-se um terceiro eixo de trabalho, focado numa análise detalhada dos resultados do TIMSS 2015 e PIRLS 2016, que inclua uma reflexão sobre aspetos não trabalhados nos relatórios oficiais.

Um quarto e último eixo de trabalho foca as respostas educativas às crianças dos 0 aos 3 anos. Retomando a recomendação do CNE de 2011 pretende-se voltar a analisar este tema, perspectivando linhas de reflexão e eventual mudança.

2ª Comissão – Necessidades e desafios educativos dos jovens (15-24 anos)

A 2ª Comissão tem como objetivo central a identificação das necessidades e desafios educativos dos jovens de 15 a 24 anos, tendo em conta os seus perfis e interesses. Desta identificação decorrem as condições que o sistema de educação e formação deverá proporcionar para que todos estes jovens possam maximizar o seu potencial como pessoas, cidadãos e profissionais. A adequação do sistema a todos os jovens, independentemente da sua condição social e pessoal, é condição para o sucesso educativo e para a integração social. Da qualificação e da adequação do sistema depende o progresso e a sustentabilidade da sociedade portuguesa, bem como a qualidade de vida e a participação democrática dos cidadãos.

3ª Comissão – Necessidades e desafios educativos dos adultos (24 e mais anos)

Esta Comissão desenvolverá uma atividade norteada pela finalidade de colocar os problemas da educação e formação da população adulta no centro da agenda educativa do país. Procurar-se-á contribuir para a construção de consensos alargados na sociedade portuguesa que permitam a definição e desenvolvimento de uma política pública de educação e formação de adultos, estruturada, coerente e duradoura referenciada a uma conceção de Educação Permanente.

Distinguiremos três eixos no foco das nossas atenções:

- Medidas destinadas a superar a situação estrutural de baixas qualificações da população adulta o que implica quer a promoção de ofertas de segunda oportunidade para grupos socialmente mais vulneráveis, quer medidas que incentivem a população adulta à continuação de estudos no ensino superior;
- Oportunidades de formação profissional, tendo em vista, a melhoria do desempenho económico do país e dos serviços públicos, a inserção social no mundo do trabalho, bem como percursos de promoção social e de valorização profissional;
- Oportunidades de aprendizagem e valorização pessoal dos adultos, no quadro de situações de lazer, de envelhecimento ativo e de promoção da cidadania democrática.

Procuraremos, com um sentido prospetivo, incentivar a visibilidade de estratégias educativas a nível local e regional, baseadas na integração de recursos e na convergência da ação de uma pluralidade de atores sociais e educativos, mobilizando as experiências de vida dos aprendentes adultos bem como o rico património associativo e cultural da sociedade civil.

4ª Comissão – Atores e recursos da educação

Esta Comissão presta especial atenção aos atores e às comunidades educativas, com destaque para a análise do papel exercido pelos alunos (a voz dos alunos), pelos professores, a braços com um acentuado envelhecimento e cansaço profissional, e por outros técnicos que intervêm na educação escolar, pelos pais e pelos representantes locais nos órgãos de governo das escolas. A ação concertada desta pluralidade de atores deve servir sempre o maior interesse dos alunos, das suas aprendizagens e do seu desenvolvimento e não ser um palco para a descoordenação e o conflito entre parceiros sociais.

Um cuidado particular é atribuído à profissionalidade docente, desde a sua formação inicial e integração na carreira, até à sua formação contínua e em exercício, passando pela análise das condições do exercício profissional, pelo perfil ético e pela deontologia profissional, bem como pelos modelos instituídos de apoio à melhoria permanente da qualidade do exercício profissional, tanto da atividade letiva como do exercício de funções de liderança pedagógica e escolar.

Por outro lado, esta Comissão analisa os outros recursos afetos à educação, com um foco especial nos espaços e equipamentos, nos materiais de apoio a um ensino-aprendizagem de qualidade e nos esforços que o país está a realizar em preparar as escolas para responder aos desafios da inovação e da criatividade educacionais. As redes de apoio à inovação, à autonomia das escolas e à flexibilidade curricular constituem igualmente focos do trabalho da Comissão, acompanhando as políticas em curso nestes domínios.

5ª Comissão – Gestão das ofertas de educação

Esta Comissão focaliza-se nas políticas que regulam o papel das várias entidades que, a nível nacional, regional, autárquico e de escola, participam na gestão das ofertas de educação e formação, e também nas práticas de implementação daquelas políticas. São estas práticas que influenciam a efetiva configuração das oportunidades de ensino e de aprendizagem proporcionadas aos alunos nas escolas. Conforme a sua configuração, assim estas oportunidades podem, em cada contexto, contribuir com mais ou menos eficácia e eficiência para a prossecução das aprendizagens socialmente estimadas como relevantes, garantindo, simultaneamente, maior ou menor qualidade e equidade às ofertas de educação e formação.

6ª Comissão – Desafios do futuro

Que consequências terão os desenvolvimentos tecnológicos não apenas sobre as profissões (as que desaparecem, as que precisam de ser reforçadas e as que ainda não foram inventadas) mas sobre a própria natureza e distribuição do trabalho entre todos ao longo de toda a vida e para cada um, na sua relação com o lazer? Como deverá a educação encarar as alterações climáticas, o desenvolvimento sustentável, a solidariedade intergeracional?

São questões que não interpelam só a educação, que têm efeitos muito mais gerais sobre a sociedade, mas que na educação adquirem uma importância acrescida por esta ser um instrumento privilegiado para orientar, pilotar, comandar a mudança. Cabe a esta Comissão, em colaboração com outras instâncias, refletir sobre estas questões na procura de cenários alternativos de resposta.

3. Quadro de Atividades 2018-2021

Domínios prioritários	Temáticas e áreas de Intervenção
Necessidades e desafios educativos das crianças (0-15 anos)	<ul style="list-style-type: none"> • Perfil das crianças e jovens dos 0-15 anos e suas famílias • Educação dos 0 aos 3 anos • Educação dos 3 aos 6 anos • Educação básica <ul style="list-style-type: none"> - Situação: perfil, metas, currículo, aprendizagens essenciais e avaliação - Respostas a alunos com dificuldades escolares, com NEE e em situações de mobilidade ou outras • Intervenção precoce • Diversificação de ofertas, de abordagens e métodos
Necessidades e desafios educativos dos jovens (15-24 anos)	<ul style="list-style-type: none"> • Perfil dos jovens dos 15-24 anos • Articulação curricular, percursos escolares e diferenciação das aprendizagens • Oferta diversificada (científico-humanísticos, dupla certificação, educação e formação e cursos TESP e outras situações a identificar) • Retenção escolar • Abandono precoce e NEET • Acesso e ingresso no Ensino Superior • Avaliação das instituições, acreditação dos cursos • Internacionalização dos ensinos secundário e superior • Avaliação educacional (avaliação interna, externa, testes e estudos internacionais) • Novos públicos do ensino superior (+23 e outros) • Respostas a alunos com dificuldades escolares, com NEE e em situações de mobilidade ou outras • Preparação para a vida ativa • Articulação da formação com as profissões e as empresas • Contextos de aprendizagem diversificados
Necessidades e desafios educativos dos adultos (24 e mais anos)	<ul style="list-style-type: none"> • Perfil dos adultos • Ofertas educativas de segunda oportunidade • Formação profissional: melhoria do desempenho de empresas e serviços públicos • Educação não formal e democratização da cultura • Educação de adultos, cidadania e valorização dos territórios
Atores e recursos da educação	<ul style="list-style-type: none"> • Pais, educadores, professores e outros profissionais da educação • Formação de professores (inicial, contínua e especializada) • Habilitação para a docência e profissionalização docente • Coordenação e lideranças pedagógicas • Profissionalidade docente: perfis, identidades, ética e deontologia • Governo, gestão, distribuição e utilização dos recursos • Materiais pedagógicos • Contextos de apoio à aprendizagem (Laboratórios TIC, RBE, PNL, Plano Nacional de Cinema) • Novas redes colaborativas entre educadores e escolas • Novos recursos da educação: instalações, equipamentos, "salas de aula do futuro", novos espaços escolares.

Domínios prioritários	Temáticas e áreas de Intervenção
Gestão das ofertas de educação	<ul style="list-style-type: none"> • Participação autárquica na gestão das ofertas de educação e formação • Gestão pedagógica das ofertas de educação e de formação nas escolas integradas nos agrupamentos • Iniciativas de reorganização da gestão das oportunidades de aprendizagem escolar <ul style="list-style-type: none"> - Gestão flexível do currículo - Projeto Piloto de Inovação Pedagógica - Contratos de autonomia - Outras • Contributo da avaliação das ofertas de educação e formação para a gestão da sua qualidade e equidade <ul style="list-style-type: none"> - Contributo da avaliação de iniciativas de reorganização da gestão das oportunidades de aprendizagem escolar - Contributo da avaliação da implementação das ofertas de educação e formação nas escolas: Avaliação de Escolas (IGE); Avaliação de Escolas/Cursos Profissionais (ANQEP); Avaliação de cursos com planos próprios; Avaliação pelo projeto AVES, outros projetos de avaliação - Contributo das avaliações nacionais e internacionais (PISA, TIMMS, PIRLS...) dos resultados das aprendizagens dos alunos - Contributo da comparação dos níveis atingidos pelas ofertas nacionais de educação e formação com as metas definidas nos indicadores da União Europeia, para 2020, e nos da ONU, para 2030
Desafios do futuro	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolvimento tecnológico (informática, robótica e inteligência artificial) e científico (genética, neurociência...) • Alterações climáticas e desenvolvimento sustentável • Globalização, migrações e refugiados • Mudanças demográficas • Novas literacias: mediática/digital, científica... • Novos contextos de aprendizagem

4. Atividades a desenvolver em 2018

Para além das atividades associadas à emissão de pareceres por solicitação da Assembleia da República ou do Governo, e de recomendações que entenda fazer de sua iniciativa, em 2018, o Conselho realizará, no âmbito das suas competências, um conjunto de iniciativas identificadas no quadro seguinte.

Domínios prioritários	Temáticas e áreas de intervenção	Atividades a desenvolver	Comissões
Necessidades e desafios educativos das crianças (0-15 anos)	<ul style="list-style-type: none"> • Perfil das crianças e jovens dos 0-15 anos e suas famílias • Educação dos 0 aos 3 anos • Educação dos 3 aos 6 anos • Educação básica <ul style="list-style-type: none"> - Situação: perfil, metas, currículo, aprendizagens essenciais e avaliação - Respostas a alunos com dificuldades escolares, com NEE e em situações de mobilidade ou outras • Intervenção precoce • Diversificação de ofertas, de abordagens e métodos 	Seminário sobre o Perfil da criança e do jovem dos 0 aos 15 anos (novembro)	1ª
		Currículo: acompanhamento do debate em torno de aprendizagens essenciais, metas, autonomia e flexibilidade curricular, PPIP	1ª
		Audições do Diretor-Geral de Educação e de escolas/agrupamentos sobre o Projeto de Autonomia e Flexibilidade Curricular	1ª e 2ª
		Seminário sobre “Educação para todos: os “invisíveis”, os discriminados e os outros”	1ª e 2ª
		Análise e reflexão sobre alguns fatores determinantes do desempenho dos alunos portugueses em avaliações internacionais: Estudos TIMSS e PIRLS	1ª e 5ª
Necessidades e desafios educativos dos jovens (15-24 anos)	<ul style="list-style-type: none"> • Perfil dos jovens dos 15-24 anos • Oferta diversificada (científico-humanísticos, dupla certificação, educação e formação e cursos TESP e outras situações a identificar) • Acesso e ingresso no Ensino Superior • Respostas a alunos com dificuldades escolares, com NEE e em situações de mobilidade ou outras 	Perfil/perfis dos jovens de 15-24 anos: recolha de estudos e audição de profissionais e investigadores com experiência e trabalho na área	2ª
		Acesso ao ensino superior: análise de percursos educativos entre o ensino secundário e o ensino superior; audição de interessados e acompanhamento de eventuais iniciativas políticas	2ª
		Seminário de reflexão e debate em torno de publicações recentes e do relatório da OCDE sobre ensino superior, investigação e inovação	2ª
		Estudantes do ensino superior com Necessidades Educativas Especiais: recolha de estudos e acompanhamento de iniciativas políticas, designadamente da SECTES	2ª
Necessidades e desafios educativos dos adultos (24 e mais anos)	<ul style="list-style-type: none"> • Perfil dos adultos • Ofertas educativas de segunda oportunidade • Formação profissional: melhoria do desempenho de empresas e serviços públicos • Educação não formal e democratização da cultura • Educação de adultos, cidadania e valorização dos territórios 	Eventual acompanhamento do PIAAC - Programme for the International Assessment of Adult Competencies	3ª
		Refugiados e imigrantes: integração e ensino do PLNM	3ª
		Possível colaboração na atualização do estudo sobre a literacia em Portugal	3ª
		Ofertas educativas para públicos socialmente desfavorecidos: <ul style="list-style-type: none"> - Audições, visitas, debates - Preparação de seminário sobre educação de adultos e justiça social. 	3ª

Atores e recursos da educação*	<ul style="list-style-type: none"> • Pais, educadores, professores e outros profissionais da educação • Formação de professores (inicial, contínua e especializada) • Habilitação para a docência e profissionalização docente • Coordenação e lideranças pedagógicas • Profissionalidade docente: perfis, identidades, ética e deontologia • Governo, gestão, distribuição e utilização dos recursos • Materiais pedagógicos • Contextos de apoio à aprendizagem (Laboratórios TIC, RBE, PNL, Plano Nacional de Cinema) • Novas redes colaborativas entre educadores e escolas • Novos recursos da educação: instalações, equipamentos, "salas de aula do futuro", novos espaços escolares 	Acompanhamento do envolvimento dos professores, alunos, pais e atores locais da educação nos processos de autonomia e flexibilidade curricular: novas exigências de ação e de qualificação e sustentabilidade das mudanças em curso: <ul style="list-style-type: none"> - participação nas audições previstas pela 1ª Comissão - realização de uma avaliação dos recursos que estão a ser usados para promover esta inovação na educação em Portugal, tentando assegurar a sua sustentabilidade 	4ª
		Condição docente: autonomia e inovação: <ul style="list-style-type: none"> - continuação do trabalho de análise já realizado pelo CNE neste âmbito (reflexão na própria Comissão, recorrendo a eventuais peritos externos) - realização de Seminário sobre o futuro da profissão docente (em 2018/2019) 	4ª
		Realização de um seminário sobre formação contínua de professores: ponto de situação e novos desafios profissionais	4ª
		Realização de um estudo/seminário sobre: "Salas de aula do futuro" e futuro dos espaços e equipamentos em escolas inovadoras	4ª
Gestão das ofertas de educação	<ul style="list-style-type: none"> • Participação autárquica na gestão das ofertas de educação e formação • Avaliação da qualidade da oferta de formação profissional 	Recolha de legislação e de propostas ou projetos de legislação sobre participação autárquica nas ofertas de educação e formação e inventário das iniciativas passadas do CNE sobre esta temática	Assessoria do CNE
		Audições	5ª
		Entrevistas a realizar por cada um dos membros da Comissão ao vereador da educação e à direção de um agrupamento de escolas do concelho em que residem com o objetivo de recolher opiniões sobre a participação autárquica	5ª
		Relatório Técnico sobre a participação autárquica na educação e formação, incluindo, se possível, referência a políticas idênticas em outros países	Assessoria do CNE
		Recomendação sobre a participação autárquica na educação	5ª
		Seminário no 4º trimestre	5ª
Desafios do futuro	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolvimento tecnológico (informática, robótica e Inteligência artificial) e científico (genética, neurociência ...) • Alterações climáticas e desenvolvimento sustentável • Globalização, migrações e refugiados • Mudanças demográficas • Novas literacias: mediática/digital, científica ... • Novos contextos de aprendizagem 	Seminário com a presidência da República sobre os desafios do futuro (Implicações na educação das alterações do mundo laboral, das tecnologias, da inteligência artificial) Retrato da situação das TIC nas escolas e na formação de professores	6ª

* A planificação das atividades da 4ª Comissão reporta-se a 2018-2019.

Domínios prioritários	Temáticas e áreas de Intervenção	Atividades a desenvolver	
Outros		Estudo sobre escolas resilientes (as que apesar do contexto em que estão inseridas superam as expectativas): conceção e recolha de dados	CNE
		Candidatura conjunta com Conselhos membros da EUNEC e outras instituições a um financiamento no âmbito do programa ERASMUS+ para a avaliação de um modelo de Conferências de Comparações Internacionais (ICC) que permitam confrontar políticas e práticas de educação testadas noutros países e produzir recomendações adaptáveis ao contexto nacional.	CNE
		Relatório anual sobre o Estado da Educação	CNE



Rua Florbela Espanca / 1700-1 LISBOA
Contacto (+351) 217 935 245